

Será criado um fundo que centralizará a distribuição dos recursos destinados às escolas de 1º grau

Governo vai priorizar o ensino básico

por Maria Clara R. M. do Prado
de Londres

O governo abandonou a idéia de mexer agora com os princípios que orientam o ensino universitário no País para dedicar todos os esforços à melhoria da educação escolar de primeiro grau e tentar reverter uma realidade econômica dramática: o baixo nível da escolaridade média da força de trabalho no Brasil, que não passa de 3,5 anos, quando o mínimo necessário requerido pela indústria moderna é de oito anos.

“Estamos falando da perspectiva de sobrevivência da economia brasileira em um mundo integrado e competitivo, onde o modelo de desenvolvimento baseado em substituição de importações, em exploração de recursos naturais e em mão-de-obra barata não tem vez”, resumiu ontem, em Londres, para este jornal, o ministro da Educação Paulo Renato de Souza.

O problema da educação básica, de primeiro grau, não é de falta de dinheiro mas de má utilização dos recursos or-

çamentários. Calcula-se o desperdício entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões, valores estes que representam verba que é distribuída para estados e municípios mas, em vez de ser aplicada em educação primária, acaba sendo usada na construção de estádios de futebol, na pavimentação de ruas e em bolsas de estudo para cursos universitários — permitindo que alguns prefeitos ofereçam à população benefícios que só poderiam ser arcados por municípios extremamente ricos, onde a arrecadação fiscal suplantasse largamente as despesas.

“É o caso, por exemplo, de Paulínia, em São Paulo, que não tem nenhuma escola para a população mas oferece transporte de graça para todos os habitantes do município, de modo que ônibus lá ganhou o estado de bem público”, exemplificou o ministro. Paulínia, apesar de não ter escolas municipais, recebe como todos os demais municípios a verba que lhe cabe na distribuição dos recursos vinculados à educa-



Paulo Renato Souza

ção. Este dinheiro, não sendo gasto no item para o qual foi destinado, permite ao município a excentricidade de fornecer transporte gratuito para todos os cidadãos, independente de idade.

Essa é a realidade que o governo quer enterrar com o projeto de emenda constitucional que deve ser discutido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados na semana que vem. A idéia é simples: os recursos não serão mais repassados aleatoriamente a todos os

municípios, mas apenas àqueles onde comprovadamente exista escola de primeiro grau e, ainda assim, a distribuição do dinheiro será proporcional ao número de alunos da rede de ensino básico municipal ou estadual.

O ministro Paulo Renato, que em sua visita a Londres procurou obter informações sobre técnicas de treinamento de professores e critérios para avaliação de desempenho das escolas (recentemente, uma escola pública foi fechada em um bairro londrino pelo governo porque estava abaixo do padrão mínimo de educação exigido), rebate as críticas do PT, que considera baixo o nível mínimo de R\$ 300 do custo anual por aluno previsto no projeto do governo. “Na Coreia, em 1970 este custo era de US\$ 100 e hoje o gasto está em US\$ 430 por aluno”, exemplificou, argumentando que os números da proposta estão dentro dos padrões internacionais para a educação de primeiro grau.

O projeto prevê centralização em uma espécie de fundo

estadual — o gerenciamento da distribuição dos recursos ficará a cargo de uma comissão — de parte dos recursos arrecadados, que seriam repassados antes mesmo da distribuição aos destinatários finais. Assim, os governos estaduais represariam naquele fundo 15% dos recursos arrecadados com o ICMS, do mesmo modo que haveria o repasse no mesmo fundo de 15% do dinheiro do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e 15% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O dinheiro sairia do fundo para os governos estaduais e municipais na proporção do número de alunos da rede de primeiro grau em escolas que pertencessem aos estados e aos municípios, respectivamente, com o compromisso de que pelo menos 60% dos recursos fossem usados para pagar o salário dos professores.

Com a mudança, o governo espera ampliar de cerca de R\$ 8 bilhões para R\$ 12 bilhões o valor dos recursos efetivamente aplicados

no primeiro grau e melhorar a qualidade do ensino básico, reduzindo o nível de evasão e o grau de repetência dos alunos. Paulo Renato explicou que mesmo com uma elevada taxa de repetência (apenas 40% dos alunos terminam a oitava série, com uma permanência média de doze anos na escola), mais de 90% da população em idade escolar (dos 7 aos 14 anos) frequenta a escola no Brasil. As crianças, de modo geral, não deixam de ir à escola. “Há um caso em Minas Gerais de um aluno que por sete anos repetiu a primeira série mas não deixava de ir à aula”, disse ele.

Paulo Renato esteve ontem com a secretária de Estado para a Educação e o Emprego, Gillian Shephard, uma das mais importantes figuras do Partido Conservador, e visitou a sede da Open University, além de ter mantido encontros com outras autoridades na área de educação e também com estudantes brasileiros que fazem cursos de pós-graduação na Inglaterra.